

A Questão Social, O Sindicalismo e o Serviço Social

Entre o enfrentamento e a Conformação

Tarcísio Augusto¹

Resumo

O surgimento da “Questão Social” enquanto problema das sociedades industriais foi, e continua sendo, um tema central para discussão das ciências sociais mesmo neste século. As particularidades do problema não o exime de seu carácter generalizante por afetar não somente as sociedades industriais, mas sobretudo aquelas que se formaram no entorno destas. O propósito desta discussão está na reflexão que se faz sobre as suas formas de enfrentamento, ocasionadas por equívocos ou intenções que visavam minimamente a atenuação dos impactos da referida temática. A proposta deste trabalho busca refletir sobre as trajetórias do movimento de trabalhadores e do Serviço Social enquanto formas de enfrentamento da “Questão Social” no Brasil. Portanto, enquanto o sindicalismo surge historicamente na época da expansão do capitalismo, com a finalidade de mediar os interesses econômicos e ampliar os direitos políticos da classe trabalhadora, o Serviço Social aparece como um instrumento de viés eminentemente cristão utilizado como um amortecedor das lutas de classes. Na trajetória do movimento sindical é possível visualizar um emaranhado de perspectivas de atuação da mesma forma que a trajetória do Serviço Social tem compreendido tanto no campo teórico quanto no campo pragmático, tendências que vão do assistencialismo a crítica

radical da sociedade capitalista sob uma ótica marxista. Assim, delinearemos as atuais reflexões sobre a “Questão Social” e suas metamorfoses, como também da prática sindical e do Serviço Social na presente conjuntura. O inter cruzamento entre prática sindical e o Serviço Social se dá, portanto por se apresentarem como estratégias de enfrentamento da politização das desigualdades sociais no Brasil.

Palavras – Chaves: Sindicalismo, Serviço Social e Questão Social

Introdução

O intuito deste trabalho, aparentemente bastante abrangente, não visa dar conta especificidades das questões que envolvem as temáticas indicadas, uma vez que dada à complexidade e contexto nas quais os referidos temas estão inseridos, nossa contribuição abarcaria muito mais uma aproximação do que mesmo uma reflexão silogística.

Pensar as desigualdades que são o marco das relações sociais numa sociedade capitalista como a nossa, pode apontar para duas direções. A primeira, que estaria alçada num esforço intelectual de apenas descrever estas desigualdades no bojo do capitalismo, não avançaria muito no sentido de sua superação, dado ao caráter metamórfico que a mesma assumiu, pois uma vez que essas desigualdades onde, sobretudo em países como o Brasil, se agigantam, correria-se o risco de se acreditar, como acontece atualmente, estas desigualdades como “novas”.

1. Sociólogo, Mestre em Serviço Social, Professor da FAESC – Faculdades da Escada (PE – Brasil)

e-mail: 08199729723@timnet.com.br

Este intercurso, por sua vez, pode levar-nos a segunda direção, onde a compreensão de que as desigualdades sociais, entendidas como “questão social”, ou estariam superadas, ou configurariam-se, na atualidade, como aditivas de uma velha questão social e por isso, não podem ser consideradas como “novas questões”.

Desta forma, observando o período da ditadura militar, ocorrido entre nós de 64 – 89, teríamos um exemplo peculiar do que pretendemos aqui argumentar. É sabido que no referido período o desenvolvimento do país esteve norteado fortemente por um modelo de desenvolvimento econômico sustentado de um lado, pelo capital estrangeiro e de outro pelo acirramento da

concentração de renda, justificado pela necessidade de inserir o país no grupo de países industrializados. Fazendo uma analogia com fins dos anos 90 teremos que o processo de desenvolvimento brasileiro, agora mais amadurecido, não menos dependente, e sob novas exigências, sobretudo de ordem produtiva têm reflexos diretos na vida da classe trabalhadora, ampliando-se o lastro de exclusão social e ampliação da hegemonia da classe dominante, justificada agora pela necessidade competitiva.

Isto segundo a perspectiva da “Nova Questão Social” resultaria muitas vezes em um mesmo processo, mas que se bifurca como elemento autônomo da problemática da desigualdade social, fundada no conflito capital-trabalho. Desta forma, este elemento autônomo seria identificado como “neo”, quando na verdade ela nada mais é que uma forma de expressão do conflito que lhe é fundante.

Uma outra direção no que concerne ao estudo das desigualdades sociais na sociedade capitalista parte da percepção de que a questão social é reflexo dessas desigualdades e que estas mesmas não chegam a ser superadas, mas minimamente atenuadas caso a sociedade não encare o problema sobre uma perspectiva de radicalização de um projeto de sociedade pautada não numa emancipação política, mas, sobretudo humana.

Se o enfrentamento do problema em suas varias expressões não se dá a partir do marco de sua gênese, temos assim uma não superação do problema, mas apenas sua atenuação, onde verificaremos que as ações que visam estes fins não se ocupam em dar conta do movimento que é próprio do fenômeno por não objetivarem este fim, ou porque os meios utilizados têm apenas este alcance.

Manifestando-se de forma multifacetada, a questão social que pode ser entendida como expressão politizada das desigualdades sociais inerentes a constituição da sociedade capitalista (MOTA,2000), tem sua gênese nas bases concretas de expropriação de uma classe sobre outra.

Pensada desta maneira veremos que a classe trabalhadora ao longo de sua existência busca a dissolução destas diferenças dentro da ordem capitalista a partir dos avanços que foram possíveis dentro desta mesma ordem. É importante, porém, compreender que no intercurso para manutenção da ordem os capitalistas apropriam-se do Estado e deixam para o mesmo a incumbência de administrar a questão social.

É da cristalização e efetivação dessas incumbências que as manifestações da questão social se tornam tão distintas, se observado seu contexto histórico/geográfico. Assim, teremos que, se tomarmos a pobreza como manifestação da questão social veremos que ela se apresenta distintamente, na fase áurea do WELFARE STATE na Europa nos gloriosos 30 anos, e no

desfacelamento dos direitos sociais hoje apregoada e homogeneizada pela intensificação da política liberal em quase todo o planeta.

Outro exemplo pode ser descrito se observado o trabalho de Josué de Castro em Geografia da Fome, onde as manifestações da fome se dão de maneiras diferenciadas no Brasil, mas sempre identifica como FOME.

É fato incontestável que para o enfrentamento do problema nos anos iniciais de sua gênese a organização dos trabalhadores ter sido um elemento importante no sentido conscientizar a classe trabalhadora, tomando como premissa para delimitar este período diz ROSANVALLON (1996:7):

“La “cuestión social”: esta expresión, lanzada a fines del siglo XIX, remitá a los disfuncionamientos de la sociedade industrial naciente”.

A ação organizativa dos trabalhadores foi preponderante porque possibilitou frear a fome do capital, que como uma fera devorava toda uma classe de destituídos de direitos sociais mais elementares.

Deste modo, para caracterizar o que diz BOITO JUNIOR (2001:102), referindo-se a Lênin, teremos:

“O sindicalismo já mostrou Lênin, é fundamentalmente a resistência contra os efeitos da exploração capitalista. Ele é um movimento reivindicativo que procura permitir, para os trabalhadores melhores condições de uso e de remuneração da força de trabalho, mas não pode eliminar as condições que fazem da força de trabalho uma mercadoria”.

Para tanto, continua o autor:

“Portanto, o sindicalismo não é ainda a luta de classes, a luta de classes do proletariado é uma luta pela superação, e não pela reforma do capitalismo”.

Entendida desta maneira “a classe operária é a primeira classe dominada fundamental em condições de dirigir um processo revolucionário”.

Só com a organização ativa dos trabalhadores é que poderemos vislumbrar um estado de superação do processo de exploração de uma classe sobre outra, essa possibilidade não se manifesta a partir de formas exteriores a própria concretude da realidade em que vivemos, ela se constrói nas alternativas que são geradas dentro do próprio sistema, se utilizando inclusive de idéias consideradas burguesa, como os conceitos de democracia e cidadania. Esta orientação, todavia, não deve entender estas duas categorias como um fim mas como, também, um meio.

Aproveitamos o comentário sobre o papel da classe trabalhadora na obra *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels, feita por COUTINHO (2000) e concluímos:

“É no mundo do trabalho, no mundo dos que geram as riquezas que o capital expropria, que se gestam as principais forças objetivas e subjetivas interessadas na construção de uma nova ordem social, que Marx e Engels conceberam como capaz de recolher os momentos emancipatórios trazidos pela modernidade capitalista, mas, ao mesmo tempo, de superar suas contradições e impasses” (p.163).

Sindicalismo: Estratégia de Enfrentamento da Questão Social pela Classe Trabalhadora no Brasil

Sobre a classe operária ser apontada pela teoria marxiana como a classe dominada com condições de dirigir o processo revolucionário, várias observações devem ser feitas sobre esta afirmação. Pensemos assim, que o longo percurso transcorrido através da história pela classe trabalhadora possibilitou-se, em alguns momentos, avanços importantes na esfera dos direitos trabalhistas e por não dizer social, todavia, é sabido que a força organizativa dos trabalhadores vem de forma cada vez mais crescente assumindo uma posição muito mais defensiva do que ofensiva em relação a contestação do capital.

Se considerada a própria experiência européia teremos no início dos anos 80, o crescimento do desemprego e surgimento de novas formas de pobreza tem afastado desta sociedade o ideário de uma sociedade livre de necessidades e protegida contra os principais risco da existência. Assim o sindicalismo europeu começa a defrontar-se com índices cada vez mais alarmantes em relação ao desemprego, buscando formas de enfrentamento para a questão que não passam incólume sobre a

flexibilização, novas formas de gestão dos recursos humanos e a conseqüente perda dos direitos trabalhistas. No caso brasileiro, diz BRITO (1999):

“As manifestações amplas e/ou restritas da questão social brasileira sempre renovada, redimensionada e complicada pelo desemprego, cortes de gastos sociais, precarização do trabalho, vem demonstrando que os conteúdos, natureza e métodos de gestão social são no mínimo, inadequados” (p.82).

A tentativa de compreender este problema no Brasil esbarra-se na forma com qual historicamente o sindicalismo se relaciona com o Estado, se entendermos que o sindicalismo por sua vez possibilita uma forma de enfrentamento para essa questão. Sobre este ponto vários estudos vão indicar que o sindicalismo no Brasil surge fortemente ligado ao Estado e rapidamente torna-se órgão de caráter assistencialista a partir dos anos 30.(MARTINS, 1993; BARBOSA, 1995; COSTA: 1996; BOITO JR, 1991). Então, no largo período da ditadura de Vargas (1930-1945), erige-se um complexo sistema de gestão e regulação dos conflitos sociais, marcados pela idéia de colaboração entre classe (SILVA, 1999:62).

Já neste momento a questão social encontra-se na sua dimensão política e não mais repressiva (entendida como caso de polícia), uma vez que é encarada por setores da sociedade, com o objetivo de enfrentá-la.

Desta forma, o desenvolvimento do sindicalismo no Brasil, seja ele urbano ou rural passou sumariamente pela esfera de legitimidade em relação ao Estado, mesmo observando a existência de movimentos independentes em relação à tutela estatal, mas com grande poder de organização e barganha, como foi o caso das Ligas Camponesas no Nordeste, teremos neste período um grande paradoxo que foi o discurso de vários líderes sindicais, ditos marxistas, defenderem a legalidade sindical frente ao Estado, ao que parece uma contradição haja vista a teoria marxiana entender o Estado enquanto expressão do antagonismo inconciliável de classes.

Ao ser analisada a dinâmica do desenvolvimento do sindicalismo no Brasil, observaremos que a partir dos anos 80 surge no ABC paulista o intitulado “NOVO SINDICALISMO”, caracterizado por sindicatos combativos, ligados a CUT.

É justamente com o surgimento do “Novo Sindicalismo” que o debate da questão social ganha novo direcionamento, mesmo dentro do período do regime militar, que reage às ações dos grevistas utilizando-se dos recursos repressivos disponíveis na máquina estatal. Este debate se

desenvolve no sindicalismo brasileiro revelando as condições sociais, econômicas e culturais nas quais a classe trabalhadora está inserida e que vai eclodir como resultado da pressão de base social na Constituição de 1988.

Pensar hoje as ações do sindicalismo brasileiro pressupõe o entendimento das várias transformações que estão se processando no mundo trabalho, de fato é preciso repensar que a necessidade de organização não deve passar apenas pelos que trabalham, mas dos que vivem do trabalho, e isso implica dizer que o sindicalismo deve preocupar-se também não só com aqueles que se inserem na categoria de trabalho formal, mas também nos que se desviaram para o mercado informal decorrente da reestruturação produtiva. Assim afirma PASTORE (1992): “... os dirigentes sindicais serão demandados em um nível de competência técnica bem diferente da capacitação em técnicas de confrontação” (p.53).

O caráter desafiador da reestruturação produtiva diz respeito não tão somente a dimensão imediata do trabalho estabelecido com vínculos contratuais, seus limites de compreensão ultrapassam os muros da reprodução social dos indivíduos (trabalhadores), pois quando não propícia à exclusão social de determinado grupo, inaugura certas taxonomias em uso nas ciências sociais, como é o caso dos *desfiliados* ou dos *inempregáveis* (CASTEL 1999).

Ao se pensar a reestruturação produtiva enquanto uma manifestação da questão social verificaremos que a mesma nos remete a situações da classe trabalhadora nos anos iniciais da revolução industrial, para se entender este elemento basta olharmos para a configuração do cenário econômico da Europa no início do século XVIII, há uma distância entre a oferta de vagas oferecidas na indústria então nascente e o fluxo migratório rural-urbano necessitando de uma colocação, assim como uma mudança de concepção do trabalho que se fazia necessária na época, de um processo de trabalho eminentemente agrário para a manufatura.

É fato que novas formas de gestão da força de trabalho estão sendo postas a classe trabalhadora, isto indica também que novas formas de regulação do conflito capital-trabalho também estão se formando, todavia, todo esse processo não nos faz crer que exista uma nova questão social, uma vez que todas essas manifestações expressam realidades já experimentadas no bojo do capitalismo, é exemplar o fato de que estamos retornando no atual processo de globalização a formas pretéritas de relações de trabalhos, o que é a precarização, o subemprego, o trabalho informal, se não o retorno de relações estabelecidas no germe da sociedade industrial, provocada pela revolução industrial.

Assim, considerando as respostas aos desafios que hoje enfrenta a classe trabalhadora em sua organização poderíamos considerar que a força das greves seria uma arma perfeita para

solucionar os problemas aqui discutidos, visto que, foram essas, armas eficazes na conquista de direitos até então negados.

O que se observa, neste caso é que o problema da questão social relacionada ao emprego e a outras manifestações desta mesma natureza, surgem hoje com elementos diferenciadores na história, esses elementos que possibilitam um maior poder de barganha estão circunscrito no fortalecimento político que o movimento de trabalhadores conseguiu atingir operando uma articulação política e na própria criação de partidos que dessem conta de suas necessidades, este é inclusive um aspecto chave apontado por ESPING-ANDERSEN (1991) na análise sobre o estado de bem estar social.

Portanto, o papel do movimento sindical frente a questão social tem se apresentado de diferentes momentos com avanços dentro da ordem capitalista, no entanto, sua postura tem se evidenciado atualmente por ações menos combativas mas muito mais conciliatórias frente ao conflito capital-trabalho. Evidenciando sobretudo o sindicalismo como um todo e especificamente o brasileiro, salvo exceções, tem buscado assegurar a manutenção dos postos de trabalho que ainda existem sem questionar o processo de produção de mercadoria e com ela à expropriação da classe trabalhadora.

A Questão Social Enquanto Demanda do Serviço Social e os Rebatimentos na Formação Profissional

O surgimento, institucionalização e redefinição do Serviço Social está pautada nos marcos do surgimento, enfrentamento e discussão da Questão Social no capitalismo. A questão social é um substrato que dá fundamento ao Serviço Social, enquanto especialização do trabalho humano (BRITO, 1999:75).

Por ser um elemento tão importante no sentido em que se coloca para o Serviço Social enquanto demanda e, compreendendo as várias direções que esta profissão assumiu com o intuito de dar conta das especificidades desta problemática é que a mesma norteou-se por diversa vezes por uma concepção assistencialista frente as necessidades imediatas dos usuários dos serviços.

A posição tomada inicialmente pelo Serviço Social enquanto efetivadora das políticas sociais de caráter filantrópico e de caridade provenientes do Estado supõem, sobretudo toda uma corrente de pensamento representada na quase totalidade da sociedade brasileira. Isso fica evidente quando nas décadas de 30 e 40, dar-se o desenvolvimento dos órgãos e de instituições assistenciais

no corpo do Estado corporativista para o desenvolvimento do processo de industrialização do país (CORAL, 2001:76).

É a própria base de desenvolvimento industrial do Brasil que possibilita ao Serviço Social ampliar o mercado de trabalho da profissão tendo como principal empregador o Estado. A profissão que tinha anteriormente sua clientela legitimada nos trabalhadores pobres e famílias carentes passa agora a atender os empobrecidos e trabalhadores urbanos assistidos pelas políticas sociais do Estado. Assim a profissão se consolida inicialmente no Brasil como mecanismo atenuador dos conflitos sociais.

Inserida que está a profissão na dinâmica da sociedade brasileira, a mesma refleti por sua vez os impactos das transformações que está sociedade experimenta, é no período da década de 60 que o Brasil vive um impasse histórico ocasionado por uma industrialização que não desenvolveu o país, destas transformações o Serviço Social tem experimentado um crescente contato com outras profissões, uma maior desvinculação da orientação católica tradicional e alinhamento as tendências mais progressistas da mesma e ao referencial teórico das ciências sociais do período norteado por dimensões críticas e nacional- populares , conforme nos indica NETO (1994).

De todo esse processo o Serviço Social não saiu ileso, pois a partir dos nos 90 se consubstancia a chamada “intenção de ruptura” no Serviço Social, orientação hoje hegemônica na profissão que influencia de forma preponderante no Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993. Sobre este movimento afirma IAMAMOTO (1994:37):

“Não se reduz a movimento “interno” da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria, pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las”.

Esta reorientação de concepção redefine também a prática do Serviço Social agora orientada no sentido de se solidarizar com as classes subalternas e de radicalizar o processo democrático no sentido de superação da ordem capitalista , expressão essa intencionada no Código de Ética da profissão onde se sugere a ***Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.***

Assim, esta corrente que hoje orienta a profissão ao redefinir a prática da mesma desassocia a caridade como forma de enfrentamento da questão social em suas múltiplas expressões, e o que

busca agora é a ampliação das políticas sociais do Estado direcionadas não para um assistencialismo mas para a garantia e ampliação dos direitos sociais dos cidadãos. Ratificando esta afirmação YAZBECK (1999), afirma:

“Assumir a vinculação histórica da profissão com a Assistência Social é condição para que os assistentes sociais superem a ideologia do assistencialismo e avancem nas lutas pelos direitos e pela cidadania” (p.95).

Por sua vez este novo posicionamento implica uma práxis voltada não apenas para o campo das atividades diretamente ligadas ao cotidiano da prática profissional nas diversas instituições, mas numa formação continuada . Esta exigência não se dá tão somente como uma necessidade interna da profissão ela está refletida de forma definida num movimento de racionalização onde o perfil do trabalhador se expressa por um patamar diferenciado de conhecimento acumulativo.

Esta é todavia, uma exigência de caráter profissional para o Serviço Social , que a formação de seu quadro deva passar exaustivamente pela capacitação do profissional que para tanto deve orientar-se pela “adoção de uma teoria social crítica e de um método que permita a apreensão do singular como expressão da totalidade social” (ABEPSS/CEDEPSS, 1995:33 Apud. KOIKE, 1999:111).

Desta maneira, a formação no Serviço Social deve dar antes de tudo o aparato teórico necessário para que o assistente social possa enfrentar os desafios postos pelo enfrentamento da questão social que tem ao mesmo tempo repercussão na profissão enquanto trabalho humano especializado.

Este aparato passa necessariamente pela produção intelectual realizada nas escolas de Serviço Social, nas áreas de pesquisa e ensino, no contato com as diversas experiências dos assistentes em seus locais de trabalho, na ampliação do diálogo com outros ramos da ciência, no fortalecimento das entidades representativas da categoria profissional, fornecendo assim elementos que possibilitem de forma ampliada o conhecimento das diversas expressões da questão social no nível local, regional, nacional ou planetário.

Conclusão

Ao nos propormos discutir a questão social, buscamos evidenciar nestas poucas linhas as controvérsias sobre o problema, de um lado, os defensores da visão de que dada às novas formas a dinâmica expressa pelo capitalismo, novas formas de exploração do trabalho estariam se processando. Do outro lado, observando a mesma dinâmica de transformação da sociedade capitalista estariam aqueles que analisando as expressões da questão social não compreendem-na fixando-lhe o adjetivo de nova, pois o que verdadeiramente ocorre é a renovação dos mesmos problemas, materializando-se de forma diferente.

Foi nosso objetivo, tentar discutir o sindicalismo enquanto mecanismo de enfrentamento, uma vez que dado a origem da expressão “questão social” no século XIX é na proximidade deste período que o movimento sindical, a partir do movimento operário politiza as desigualdades na então nascente sociedade industrial. Percebe-se deste modo o papel fundamental da classe trabalhadora no sentido de tencionar e criar condições para superação da ordem capitalista.

Na experiência brasileira essa politização das desigualdades social se desenvolveu em diversas esferas da vida social e encontrou no Estado corporativista dos anos 30 uma forma de controle das tensões sociais até então manifestadas, este controle se expressou decisivamente na regulamentação das relações de trabalho através da cooptação dos sindicatos a tutela estatal.

Essa forma de controle ou atenuação das tensões sociais se deram também com a instituição do Serviço Social no Brasil, eminentemente de caráter assistencialista e sob orientação da igreja.

Foi no desenvolvimento do processo de industrialização e no bojo das transformações que a sociedade brasileira vivenciou, que o Serviço Social “contaminado” pelo contato com outros grupos, questiona-se internamente frente a situação das classes subalternas e diante da própria condição de trabalhadores assalariados no qual os assistentes sociais estão inseridos que se inicia uma renovação conceitual e prática do Serviço Social.

Essa “intenção de ruptura” agrega hoje a profissão uma visão crítica da realidade pautada no campo conceitual da teoria marxiana, como consequência o Serviço Social tem se distanciado das práticas assistencialistas e vem defendendo os direitos sociais como inerentes à condição do cidadão na sociedade.

É dessa postura que tem se processado no Serviço Social um conhecimento cada vez mais sistematizado a partir de uma leitura crítica da realidade social, que possibilita aos assistentes sociais uma maior ação interventiva no sentido de dar conta dos enfrentamentos da questão social.

Bibliografia

1. ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. *Questão Social no Brasil e Serviço Social*. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: Módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social – Brasília: CEAD, 1999.
2. BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. *Estratégia e Gestão: o sindicalismo em perspectiva*. SP: 1995,262p. Tese (doutorado) FAEAC/USP.
3. CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. 2ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
4. CORAL, Marines. *Os fundamentos teóricos da Democracia no debate do Serviço Social*. Dissertação de Mestrado.PPGSS/UFPE, 146p. 2001.
5. COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. RJ: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.
6. COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a Corrente – Ensaio sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.
7. ESPING-ANDERSEN,G. “*As três economias políticas do Welfare State*”. Revista Lua Nova nº 24, São Paulo: CEDEC, pp.85-116,1991.
8. IAMAMOTO,Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Críticos*. 2ª ed. SP:Cortez, 1994.
9. JR., Armando Boito. *Pré – capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores*. In: revista Crítica Marxista. Nº 12, Maio/2001.
10. Koike, Marieta. *As novas exigências teóricas , metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade*. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: Módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social – Brasília:CEAD, 1999.
11. MARTINS, José de Souza. *A chegada do Estranho*. Ed. HUCITEC: SP,1993.
12. MOTA, Ana Elizabete. *O Serviço Social na Contemporaneidade: a questão social e as perspectivas ético-políticas*. 2000. Mimeo.
13. NETO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social – Uma análise do Serviço Social do Brasil pós-64.* 2.ed. SP:Cortez, 1994.
14. PASTORE, José. *Relações de trabalho em economias competitivas*. In: VELOSO, João Paulo dos Reis., RODRIGUES, Leôncio Martins (Org.) *O futuro do sindicalismo*. CUT, Força Sindical ,CGT. SP: Nobel,1992.

15. ROSANVALLON, Pierre. *La Nueva Question Social: Repensar el Estado Providência*. Buenos Aires, Manatíal, 1996.
16. SILVA, Ademir Alves da. *As relações Estado-sociedade e as formas de regulação social*. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: Módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social – Brasília: CEAD, 1999.
17. SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. SP: HICITEC, 1978.
18. YAZBECK, Maria Carmelita. *O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo*. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: Módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social – Brasília: CEAD, 1999.